

HABEAS CORPUS Nº 529.562 - MG (2019/0254308-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : FERNANDA DRUMOND ALVES DINIZ
ADVOGADA : FERNANDA DRUMMOND ALVES DINIZ - MG118328
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GERALDO GRIGORIO DOS SANTOS FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GERALDO GRIGORIO DOS SANTOS FILHO, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS assim ementado (fl. 6):

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - DISPARO DE ARMA DE FOGO (ARTIGO 15 DA LEI N.º 10.826/03) - ABSOLVIÇÃO - NECESSIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - CONDENAÇÃO - POSSIBILIDADE - CONCURSO DE PESSOAS - CRIME DE DESOBEDIÊNCIA - ABSOLVIÇÃO - VIABILIDADE - ATIPICIDADE DA CONDUTA - AMEAÇA - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - PALAVRA DA VÍTIMA - RELEVÂNCIA - PROVAS SUFICIENTES. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- Inexistindo provas cabais de que o acusado efetuou disparo de arma de fogo, a absolvição pelo delito do art. 15 da Lei 10.826/03 é medida que se impõe.
- O delito previsto no art. 14 da Lei 10.826/03, é crime formal e de perigo abstrato, prescindindo, portanto, à sua configuração, a demonstração do efetivo perigo. Assumindo o acusado que tinha conhecimento de que seu comparsa portava arma de fogo, ele também deve ser condenado, pois aderiu à conduta, agindo em concurso de pessoas na prática criminosa.
- Se o agente ignora ordem policial de parada, colocando-se em fuga, para salvaguardar sua liberdade, não pratica o crime previsto no art. 330 do CP.
- Não é possível agasalhar o pleito defensivo de absolvição, se devidamente comprovado que o acusado ameaçou a vítima, mormente considerando que a ameaça perturba a tranquilidade e paz interna do indivíduo e viola, em sentido amplo, a liberdade que a todos é assegurada constitucionalmente.

Alega o impetrante, em síntese, que foi determinada a execução provisória da pena, não obstante já ter sido cumprida integralmente a reprimenda, conforme atestado de pena acostado aos autos.

Requer, liminarmente, o imediato recolhimento do mandado de prisão expedido.

Em informações de fl. 189, a Corte *a quo* assevera ter determinado o recolhimento do mandado de prisão expedido em desfavor do paciente, tendo em

Superior Tribunal de Justiça

vista a prolação de sentença de extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena imposta, conforme despacho juntado à fl. 180, motivo pelo qual se encontra superada a questão posta neste *writ*.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*, em razão da perda superveniente do seu objeto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator